



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

ENTRE O JUSTO E O REAL: COOPERATIVISMO, *FAIR TRADE* E SUAS CONTRADIÇÕES SOB A ÓTICA DA CAFEICULTURA NO SUL DE MINAS GERAIS

Thais de Cássia Silva Lemos
Renata Vieira de Melo
Fabiane Ripplinger

INTRODUÇÃO

O Brasil desde a última virada de século, tem, dentre as *commodities* cultivadas, lugar de destaque para o café, produto este que confere ao país a condição de maior produtor e exportador mundial. Frente a diversas regiões que produzem a rubiácea, o Sul de Minas Gerais se consolida como a principal região produtora, apresentando uma vasta área cultivada, elevado volume produzido e uma contribuição econômica significativa para a balança comercial.

O circuito espacial produtivo é composto por diversos agentes, dentre eles, o cooperativismo emerge como organizações estratégicas, que intermedeiam a compra e venda do produto, assim como oferecem suporte à produção e manejo das lavouras. Por meio das cooperativas, os pequenos produtores conseguem alcançar mercados globais que, de outra forma, seriam inacessíveis.

Dentre as ações desempenhadas pelas cooperativas de café, enfatizamos a promoção dos princípios do *Fair Trade* (Comércio Justo), e sua aplicação por meio do grupo Mulheres Organizadas em Busca de Igualdade (MOBI) realizados pela Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região LTDA (Coopfam). Nesse sentido, o presente artigo se justifica por constituir uma iniciativa que impulsiona a participação feminina e também promove o reconhecimento do valor do trabalho da mulher no campo, tornando-se uma ferramenta poderosa para fomentar a igualdade de gênero e gerar valor social e econômico. Logo, objetiva-se analisar as ações promovidas por meio do *Fair Trade* na cafeicultura do Sul de Minas Gerais, investigando as contradições inerentes a essas iniciativas.



METODOLOGIA

Para a condução do estudo, foram realizados levantamentos bibliográficos temáticos e análise de dados secundários, que abrange temas relacionados ao cooperativismo e ao *Fair Trade* no Sul de Minas Gerais, e acerca da produção, comercialização, e dos elementos que compõem o circuito espacial produtivo do café, em fontes, tais como: Sistema de Recuperação Automática (Sidra) e Censo Demográfico publicados pelo IBGE; Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, além de informações colhidas no site institucional da cooperativa avaliada.

DINÂMICA PRODUTIVA DO SUL DE MINAS GERAIS

A cafeicultura emerge em território brasileiro no século XVIII sendo, portanto, um cultivo secular. Contudo, é de fundamental importância destacar que, ao longo do tempo, a sua implantação, expansão territorial e consolidação foi marcada por uma sequência de eventos significativos. Nesse sentido, o cultivo da rubiácea no país foi influenciado por alterações nos sistemas técnicos e normativos da economia brasileira, como também, impulsionou divisões territoriais do trabalho, modernização do espaço agrário, ocupação de áreas vazias e geração de capital para a industrialização (Frederico, 2017).

A expansão do cultivo para o Sudeste ocorreu nas décadas de 1870 e 1880, e antes de chegar em Minas Gerais, alcançou primeiramente os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. Em Minas Gerais, a Zona da Mata destacou-se como a primeira região dedicada a essa atividade. Esse período de expansão territorial impulsionou a economia nacional. A franja de expansão do café promoveu a acumulação de capital, fomentou a formação de uma burguesia agrária e a modernização de diversas áreas, sobretudo na região que hoje corresponde ao Sudeste brasileiro (Monbeig, 1984).



A presença do café no território mineiro, assim como sua inserção no contexto da agricultura globalizada, está atrelada ao fato de o estado reunir condições naturais, estruturais, históricas e políticas (Frederico, 2014) que possibilitaram e incentivaram o cultivo da *commodity*. Devido a isso, o território é composto por agentes hegemônicos que organizam o circuito espacial produtivo e realizam as negociações do produto em escala global.

Minas Gerais é hoje o maior produtor de café do Brasil, com produção superior a 1.600.000 toneladas (IBGE, 2024). Devido a isso, o café é um item de exportação de grande relevância para o estado, sendo superado apenas pelo minério de ferro. Atualmente, o café representa 18,6% das exportações, o que totaliza cerca de 7,8 bilhões de dólares recebidos com a exportação desse produto em 2024 (Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, 2024).

A expansão da produção de café para o Sul de Minas ocorreu, sobretudo, a partir de cultivos que se estenderam desde o estado de São Paulo. Esse avanço provocou transformações significativas no território sul-mineiro, uma região que, antes voltada ao abastecimento interno, teve seus cultivos completamente redefinidos (Saes; Castilho, 2014). Com o auxílio de políticas públicas indutoras e sobre novas bases tecnológicas e normativas, Minas Gerais, e especialmente a região Sul do estado, se sobressai no cultivo de café ao longo do tempo. Logo, superou São Paulo e Paraná, consolidando-se como a maior produtora de café do país.

Ademais, esse ente da federação possui várias áreas produtoras que se destacam no cultivo da rubiácea, dentre elas:

Tabela 1 - Produção de café nas regiões mineiras.

Regiões	1990	2000	2010	2023	2024
Sul/Sudoeste	377.685	747.971	646.302	669.058	706.554
Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	214.986	316.591	308.201	421.445	316.425
Zona da Mata	178.733	230.203	253.869	263.445	283.923
Oeste de Minas	84.254	111.624	97.561	126.298	128.507
Vale do Rio Doce	90.222	103.308	82.552	103.541	104.610



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOUSA

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Noroeste de Minas	7.761	14.847	25.633	51.098	48.583
Campo das Vertentes	15.877	39.365	32.201	37.603	34.854
Jequitinhonha	36.786	59.447	26.022	30.324	31.066
Norte de Minas	2.557	6.087	21.489	26.226	26.166
Vale do Mucuri	19.343	13.691	6.414	3.349	3.656
Central Mineira	4.297	2.851	942	1.818	1.795
Região Metropolitana	8.298	5.006	3.002	1.203	1.190

Fonte: IBGE (2024). Organizado pelas autoras (2025).

O Sul de Minas Gerais se destaca por concentrar a maior parte da produção, superior a 700 mil toneladas em 2024. Nesse contexto, a atividade cafeeira é praticada em 474.922 hectares, o que corresponde a 94% do território das das lavouras permanentes na região (IBGE, 2024). Uma das particularidades relativa a essa atividade nessa região é sua estrutura fundiária e uso do solo. As lavouras são conduzidas, maioritariamente, por agricultores familiares (IBGE, 2017), o que revela uma estrutura fundiária mais desconcentrada se comparada a outras *commodities* de exportação. Além disso, devido ao relevo ondulado, o manejo é menos intensivo e a mecanização, restrita.

A tendência atual do mercado de café é a busca por diferenciação, seleção e valorização de atributos relativos às experiências sensoriais que qualificam a bebida. Diante disso, torna-se cada vez mais evidente, o surgimento de novos segmentos como o de café orgânico (Frederico; Barone, 2015). Essa tendência reflete a visão de Santos e Silveira (2001, p. 21) de que atividades voltadas para o comércio exterior, são guiadas pelo imperativo da competitividade. Essa dinâmica leva à expansão das empresas para novos nichos comerciais, resultando em uma crescente demanda por cafés de alta qualidade e competitivos.

Isso é o reflexo da inserção do país no contexto da agricultura científica globalizada (Santos, 2000). Seguindo uma lógica de produção agrícola planetária, as atividades exercidas no campo voltadas à exportação passam-se a seguir os mesmos aspectos de competitividade da economia e se tornam imbuídas de ciência, técnica e informação (Santos, 2000). Foi nesse sentido que Frederico



(2014) realizou uma derivação conceitual e intitulou a emergência da atual da dinâmica produtiva cafeeira, a cafeicultura científica globalizada (Frederico, 2014), para o autor:

Trata-se da emergência do que estamos denominando de cafeicultura científica globalizada, que se define pela criação e difusão de novos sistemas técnicos agrícolas e também pela adoção de políticas de cunho neoliberal, com a desregulação do comércio internacional, a diminuição do papel regulador dos Estados produtores e a abertura dos mercados nacionais às grandes empresas comerciais (*tradings*) e torrefadoras (Frederico, 2014, p.284).

Nesse sentido, a busca pela diferenciação reflete na produção de café com alto valor agregado e está diretamente relacionada à conjuntura econômica à qual o país se encontra subordinado. Essa dinâmica evidencia o modo como a economia globalizada coordena a produção regional, influenciando os circuitos espaciais produtivos em diferentes níveis escalares.

O Sul de Minas e a Mantiqueira de Minas despontam como algumas das principais regiões produtoras de café especial no país, de acordo com a Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA, 2024). Ambas as regiões possuem municípios compondo Indicações Geográficas de Procedência (INPI, 2025). O fato dessas regiões possuírem tanto IGs concedidas há décadas, quanto recentes, evidencia que a produção de cafés especiais é um processo em curso, e que a busca por certificação é uma estratégia de reconhecimento e valorização das características regionais peculiares.

Ademais, a produção de cafés especiais da região é estimulada através de iniciativas como concursos com premiações. Destacam-se o Concurso de Qualidade dos Cafés de Minas Gerais (Emater-MG) e o *Cup of Excellence* (BSCA), somados aos certames municipais e das cooperativas regionais. Tais competições visam premiar financeiramente os produtores dos melhores cafés selecionados, e, por sua vez, atuam como um importante incentivo ao cultivo dessa modalidade.

Uma novidade nesse sentido têm sido as operações de cafés especiais por cooperativas regionais. A formação e a consolidação de cooperativas agrícolas no setor cafeeiro brasileiro foram historicamente estimuladas pelo estado, com papel de destaque para a autarquia governamental conhecida como Instituto Brasileiro do Café (IBC) criado em 1952. Ao apoiar a expansão e modernização da cafeicultura, houve um incentivo direto à formação dessas organizações, visando elevar a exportação de café e garantir a participação de pequenos produtores no comércio internacional. Devido a isso, o Sul de Minas abriga dezenas de cooperativas agropecuárias, que distinguem-se em termos de volume de cooperados, portfólio de produtos e poderio regional.



Além das cooperativas, o circuito espacial produtivo da região é composto por diversas *tradings* que atuam no setor cafeeiro. A expansão de grandes corporações ocorreu principalmente a partir da década de 1990, impulsionadas pela desregulamentação do mercado cafeeiro e pela neoliberalização da economia global, e teve um aumento ainda mais considerável a partir dos anos 2000. Localizadas em cidades estratégicas da região, as empresas executam funções de armazenamento, comercialização e originação. Além disso, incentivam os produtores na capacitação para melhorias de técnicas de manejo da produção de cafés especiais.

O Brasil possui diversos programas de certificação de cafés, os quais apresentam características e exigências distintas. Dentre as principais iniciativas adotadas no setor, destacam-se: Utz Certified, Rainforest Alliance, Certificação Orgânica, Fair Trade (Comércio Justo), Certifica Minas Café, Associação 4C (Common Code for the Coffee Community), Nespresso AAA (Programa de Qualidade Sustentável) e Starbucks C.A.F.E. Practices (Coffee and Farmer Equity Practices).

Face ao exposto, as cooperativas e *tradings* do setor cafeeiro constituem-se os principais atores hegemônicos do circuito espacial produtivo da cafeicultura no Sul de Minas. Contudo, com o propósito de cumprir o objetivo central supracitado, nosso recorte analítico compreende o papel exercidos pelas cooperativas e seus impactos sobre a dinâmica produtiva cafeeira do Sul de Minas e, principalmente, sobre os atores que atuam na produção propriamente dita do café com o selo de certificação Fair Trade: os cafeicultores.

PAPEL DO COOPERATIVISMO NA DINÂMICA PRODUTIVA DO CAFÉ NO SUL DE MINAS GERAIS

As cooperativas vêm se modificando ao longo dos anos para atender a nova realidade, as demandas da sociedade e do mercado. Inicialmente encontrava-se mais fortemente um papel de cooperação, porém atualmente são encontradas algumas cooperativas atuando mais como empresas que visam lucro e que vão se afastando assim das ideias que fundamentaram a criação do conceito de cooperativismo. Em todo o país vemos a atuação de cooperativas nos mais diversos setores da economia.

Na região de estudo a produção familiar predomina e estes buscam apoio nas cooperativas para conseguir acessar importantes mercados. Perosa, Jesus e Ortega (2017) apontam a fundamental



importância das cooperativas para realizar essa intermediação entre os pequenos produtores e os grandes mercados de comercialização. Alves e Lindner (2020) evidenciam que o fato da agricultura familiar estar muito presente na região faz com que as cooperativas consigam ter tamanha desenvoltura regional ligadas à produção de café.

No mesmo sentido, Nannini e Casimiro (2023) destacam que os pequenos produtores veem no cooperativismo a oportunidade da garantia dos preços praticados no mercado, bem como ter uma produtividade maior, porém por meio disso, estes subordinam-se às imposições, contradições e demandas do mercado dominado pelas regras e convicções capitalistas do agronegócio.

Diante disso, os agricultores cooperados

[...] buscam modernizar, especializar e qualificar suas práticas produtivas, bem como os seus produtos de acordo com as orientações hegemônicas do capital agroindustrial, para as quais a eficiência produtiva depende apenas do grau de modernidade tecnológica, mecânica, química e técnica que se emprega na produção. Desse modo, através das cooperativas e seus associados o agronegócio se interioriza e monopoliza diversos territórios e setores produtivos (Nannini e Casimiro, 2023, p. 3).

No Sul de Minas vemos a atuação das cooperativas cafeeiras, que possuem um papel significativo, atuando em diversas linhas, como dispendo de infraestrutura e insumos, de recursos, processos formativos, comercializando a produção, instruem e colaboram para os cooperados atingirem padrões de qualidade produtiva para se ter certificações e valorizar ainda mais a produção, entre outros (Melo; Ripplinger, 2024).

Entre as principais cooperativas cafeeiras presentes na região estão a Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé (Cooxupé), considerada a maior do mundo e que reúne grande número de cooperados e a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região LTDA (Coopfam), que atua com cafés especiais, o que exige padrões e cuidados diferenciados, mas que geram maior retorno ao produtor (Melo; Ripplinger, 2024).

Diferente da Cooxupé, a Coopfam está inserida na certificação *Fair Trade*, reconhecida por muitos cafeicultores como uma possibilidade economicamente vantajosa, sendo destinada aos pequenos produtores visando a garantia de preços mais justos no custeio de seus gastos e a proteção de oscilações mercadológicas, o que pode garantir aos envolvidos uma melhor qualidade de vida. O café *Fair Trade* pode ser produzido de forma orgânica ou convencional, desde de que



seja respeitado a lista de agroquímicos que não podem ser utilizados na lavoura (Moreira et al., 2007).

Lemos (2023) ao tratar do mercado *fair trade*, aponta a relação das cooperativas no processo de valorização dos cooperados, oportunizando estes a terem maior qualidade de vida, bem como receberem valores mais justos para a sua produção. Diante disso, entende-se que as cooperativas também precisam atuar no incentivo e na formação dos futuros cooperados, especialmente para alguns públicos mais vulneráveis, que os jovens e mulheres do campo tenham condições atrativas para permanecerem nas propriedades e darem continuidade à produção familiar (Lemos, 2023).

As cooperativas atuantes na região também se fazem importantes na orientação dos cooperados, bem como por disponibilizarem assistência técnica objetivando atender as demandas dos produtores. Contudo, esta assistência está vinculada ao modelo hegemônico de diversas formas, como pelo incentivo ao uso de maquinários, insumos e implementos mais modernos do que os utilizados a algumas décadas, nos discursos, no crédito concedido, entre outros modos (Nannini; Casimiro, 2023).

Na acirrada concorrência mercadológica, muitos pequenos e médios produtores não disponibilizam dos recursos técnicos, de infraestrutura e econômicos para realizar suas atividades produtivas, não conseguindo espaço no mercado. Desse modo, as cooperativas surgem como uma estratégia de fortalecimento de grupos formados por pequenos produtores, os quais eram excluídos do mercado pela escassez de recursos, falta de instrução técnica e inexperiência com a prática administrativa e no gerenciamento de negócios. As cooperativas, através de suporte técnico e fornecimentos de insumos, possibilitam a troca de informações e experiências entre seus membros, levando ao crescimento e qualidade da produção, assim como a cooperação mútua (Nannini; Casimiro, 2023, p. 22-23).

Sem conseguir competir individualmente no mercado, as cooperativas atraem os agricultores familiares, visto que por meio destas, conseguem acessar diversos mercados consumidores e seus produtos se tornam competitivos, dentro e fora do Brasil (Cunha Junior, 2019). Os cafeicultores também se beneficiam dessa relação de cooperação através da compra de insumos a preços mais satisfatórios, bem como por meio do processo de armazenagem, beneficiamento, agregação de valor ao produto, segurança para venda com melhores condições sem intermediários e suporte nas questões burocráticas, especialmente de exportação (Toledo, 2019).

Apesar do apoio das cooperativas de café aos agricultores familiares e das vantagens geradas, entende-se que estes agricultores se tornam cada vez mais subordinados à dinâmica



comercial e de mercado das cooperativas aos quais possuem ligação, bem como ao mercado mundial e conseqüentemente perdem a sua autonomia (Alves; Lindner, 2020; Nannini; Casimiro, 2023).

Para Nannini e Casimiro (2023), tanto as cooperativas como as multinacionais ligadas ao café e que estão presentes na região de estudo, representam a territorialização do agronegócio e a mundialização do capital devido a centralização no sul mineiro de múltiplas “práticas socioeconômicas, de infraestrutura, de capital econômico, político e simbólico” (Nannini e Casimiro, 2023, p. 24).

Por conseguinte, entendemos que existem contribuições significativas para os agricultores familiares que produzem café no sul mineiro e que são cooperados, porém também são encontradas algumas contradições, bem como um aprofundamento da subordinação dos cooperados considerando os processos de modernização do campo e suas conseqüências.

COMÉRCIO JUSTO, FAIR TRADE E CONTRADIÇÕES

O *Fair Trade* (Comércio Justo) foi criado, em busca de valorizar a produção dos agricultores, promovendo melhores condições de vida e de trabalho aos produtores rurais. Segundo Moreira et al. (2011), a certificação do *Fair Trade* é voltada principalmente para pequenos produtores de café organizados em associações e cooperativas. Dessa forma, o *Fair Trade* incentiva práticas agrícolas mais sustentáveis e responsáveis socialmente, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades rurais.

O *fair trade* surge como uma alternativa que desafia as dinâmicas econômicas tradicionais, nas quais o preço costuma ser o principal fator de decisão do consumidor. Nesse modelo, os consumidores passam a considerar também os aspectos socioambientais envolvidos na produção, que nem sempre estão diretamente vinculados ao valor monetário do produto (Pedini, 2011). Um dos aspectos fundamentais do *fair trade* é a conexão estabelecida entre quem produz e quem consome.

As cooperativas que participam do *Fair Trade*, necessitam seguir vários critérios estabelecidos, entre eles, se encontram a necessidade de criar projetos que assegurem a permanência de mulheres e jovens no campo. A transparência entre produtores e consumidores é reforçada por meio das certificações, responsáveis por verificar todas as etapas do processo produtivo. No *fair trade*, essas certificações seguem critérios que buscam garantir a qualidade dos produtos e a



responsabilidade socioambiental. A principal entidade nesse processo é a *Fair Trade Label Organization* - Flo, criada em 1997 como uma rede internacional destinada a unificar e padronizar os selos de comércio justo. Sua atuação estabeleceu um sistema de certificação inspirado em modelos tradicionais e em práticas da agricultura orgânica, permitindo ao consumidor reconhecer a procedência dos produtos, avaliar sua qualidade e assegurar que não houve uso de trabalho escravo em sua produção (Pedini, 2011).

As certificações, embora incluam os produtores no mercado, também podem excluir aqueles que não têm condições de arcar com os custos e atender às exigências das certificadoras, padronizando produtos e métodos de produção (Frederico; Barone, 2015). Pedini (2011) ressalta que esses processos criam desafios que, se não forem superados, podem comprometer a proposta inicial de transformação socioeconômica dos produtores. Como a qualidade dos produtos tem se tornado o aspecto central para os consumidores, é fundamental encontrar formas de garantir que esse critério não se transforme em um elemento excludente para os agricultores.

Um aspecto relevante é que a disseminação das certificações fez com que grandes empresas passassem a adotá-las como estratégia de marketing, fortalecendo sua imagem ao comercializar produtos sustentáveis. Companhias como WalMart e Nestlé passaram a incluir alimentos com certificação fair trade em seus produtos, reconhecendo que os consumidores valorizam o modo como esses produtos são produzidos (Pedini, 2011).

No Brasil, o *fair trade* tem apoiado associações, cooperativas e pequenos produtores, surgindo como uma alternativa em um contexto em que o país é conhecido por sua produção em larga escala de café convencional (Frederico; Barone, 2015). Diante de políticas que favorecem grandes produtores e suas *commodities*, o fair trade se apresenta como uma opção, mesmo com suas limitações, para incluir e fortalecer o papel do pequeno produtor no mercado.

A Associação das Organizações Fair Trade do Brasil (Brfair) atua como a coordenadora nacional responsável pela representação das organizações de produtores no Brasil. No Sul de Minas, há associações e cooperativas certificadas espalhadas por diversos municípios, tais como: Andradas, Carmo de Minas, Poços de Caldas, Botelhos, Ouro Fino, São Gonçalo do Sapucaí, Varginha, Paraguaçu, Santana da Vargem, Nova Resende, Boa Esperança e Poço Fundo (FairTrade Brasil, 2025).

Um dos projetos mais destacados do Fair Trade no Brasil ocorre em Poço Fundo, por meio da Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região, que começou a exportar



produtos certificados em 2002 (Moreira et al., 2011). A cooperativa iniciou seu processo de certificação com a Sapucaí para produtos orgânicos, obtendo o certificado, reconhecido internacionalmente, além da certificação da Fair Trade Label Organization (Oliveira; Araújo; Santos, 2006). Essa iniciativa tem favorecido a introdução de novos produtos no mercado, ampliando oportunidades para os pequenos produtores. Além da certificação *fair trade*, a cooperativa possui outras certificações, como a certificação orgânica IBD, a maior do Brasil e da América Latina, que valida a produção orgânica nacional. Por meio dela, a cooperativa também obtém o selo de Produto Orgânico Brasil. Essas certificações representam um importante reconhecimento, valorizando tanto os cooperados quanto a própria cooperativa.

Um dos projetos, é do grupo Mulheres Organizadas em Busca de Igualdade - MOBI da Coopfam, que surgiu em 2005, a partir da emergente necessidade de mulheres participarem em tomadas de decisões na cooperativa e promove uma grande variedade de atividades, como cursos, debates e trocas de experiências sobre a produção do café orgânico feminino e sustentável (Coopfam, 2025). O grupo foi criado para apoiar as iniciativas *fair trade*, em meio de uma parceria entre o Instituto Federal de Minas, em Machado, e a Coopfam, o grupo lançou o projeto do café feminino, que inicialmente produzia café orgânico e atualmente inclui também produção convencional. Essa iniciativa amplia a participação das mulheres na cooperativa, ao mesmo tempo em que aumenta a visibilidade do grupo e da cooperativa como um todo.

Em 2018, além do café feminino orgânico, foi criado o café feminino sustentável, com o objetivo de ampliar a participação das mulheres na cooperativa e na cadeia produtiva. Embora não seja o produto de maior volume de vendas, o café feminino desempenha um papel estratégico de marketing, fortalecendo a imagem da cooperativa e atraindo atenção, especialmente de consumidores internacionais, que constituem seu principal mercado. A produção feminina tem fortalecido a participação ativa das mulheres na cooperativa. No entanto, por ter surgido a partir de uma demanda comercial, possui também como objetivo, atender os interesses de mercado e abrir novas oportunidades de negócios.

Atualmente, a cooperativa também desenvolve projetos voltados para os jovens rurais, reforçando um dos princípios do Fair Trade, que vai além da valorização da participação feminina e busca incluir as novas gerações no processo produtivo. Como destaca Lemos (2012), o envolvimento dos jovens é fundamental, pois eles representam os futuros cooperados da cooperativa, garantindo a continuidade das atividades no campo e fortalecendo a reprodução social



familiar. Porém o projeto se encontra no início, diferentemente da produção feminina, ainda não possui um produto.

Apesar do reconhecimento socioeconômico, da inclusão de pequenos produtores no mercado global e da busca constante pela equidade de gênero e sustentabilidade, a certificação *Fair Trade* possui um grande desafio a ser superado, sobretudo na cafeicultura do Sul de Minas: estabelecer uma maior visibilidade de pequenos produtores no controle produtivo e na coordenação de valor. As indústrias de alimentos e redes varejistas prosseguem tendo uma maior capacidade de processamento, infraestrutura e acesso aos consumidores, com autonomia de estabelecer o preço a ser pago pelo café comercializado nas prateleiras. Dessa forma, as produtoras certificadas pelo *Fair Trade* seguem apenas subordinadas, já que grandes compradores definem as condições comerciais, priorizando apenas os seus interesses econômicos (Pedini; Machado, 2014).

O *fair trade* foi criado com o objetivo de proporcionar uma vida digna aos agricultores. Seus princípios não apenas beneficiam diretamente os produtores, mas também fortalecem o comércio justo como um todo. O sistema contribui para a reprodução social dos agricultores, oferecendo condições para que participem do mercado externo, gerem renda e mantenham sua permanência na produção rural. É importante destacar, entretanto, que o *fair trade* opera dentro de um contexto de mercado e também favorece a geração de capital, o que pode criar formas de apropriação. Ainda assim, esse mesmo processo é essencial para garantir a inserção e a continuidade dos produtores no campo, uma vez que a renda é fundamental para sua permanência na propriedade rural.

É fundamental o desenvolvimento de políticas públicas que visem à minimização de intermediários, facilitando a conexão direta entre produtores de cafés especiais e consumidores internos. A propagação dessas políticas setoriais constitui uma estratégia primária para garantir um mercado consumidor consolidado e para diminuir as desigualdades de acesso para os produtores menos capitalizados. Nesse sentido, essas iniciativas promovem uma dinâmica produtiva mais justa, proporcionando melhores condições de acesso a mercados valorizados por todos os agentes.

Com isso, será possível uma transição que garanta a autonomia produtiva, dissemine práticas sustentáveis e crie um território socialmente, economicamente e ambientalmente equilibrado, que deixe de ser visto como um mero recurso a ser explorado e apreciado por poucos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa evidenciam que o cooperativismo, aliado a princípios de justiça e inclusão, impulsiona transformações sociais significativas, ressaltando a importância de considerar as relações de gênero e poder na cafeicultura. Contudo, percebe-se que, além do interesse social, essas iniciativas são orquestradas como uma estratégia para acessar mercados de maior valor agregado e atingir um segmento de consumidores de alto poder aquisitivo.

Nesse sentido, releva-se a contradição intrínseca desse modelo, pois ao adotar as bases tecnológicas e normativas para a obtenção de competitividade, a estrutura cooperativista atua como um vetor para a territorialização do agronegócio globalizado. A modernização, embora aumente a eficiência produtiva, subordina os cooperados a uma dinâmica comercial que os afasta da autonomia, reforçando a lógica das *commodities* (Frederico, 2013).

Iniciativas como o grupo MOBI da Coopfam são ferramentas que geram valor social, promovem a igualdade de gênero e o reconhecimento do trabalho feminino no campo. Contudo, a certificação revela-se uma estratégia de mercado para acessar nichos de alto valor agregado e um segmento de consumidores de alto poder aquisitivo. Dessa maneira, embora abra portas, não elimina a assimetria de poder no circuito espacial produtivo. As produtoras e cooperativas continuam subordinadas, visto que as grandes corporações mantêm o controle sobre o processamento, a infraestrutura e, fundamentalmente, sobre a coordenação final do preço do café na prateleira. A certificação atua, portanto, em uma dualidade entre o socialmente transformador e o economicamente repadronizador.

Isso sintetiza a dialética do Sul de Minas, pois, a região é um espaço geográfico de transformações sociais impulsionadas por princípios éticos, mas que são orquestradas e reconfiguradas pelas mesmas lógicas que regem a economia globalizada.

Palavras-chave: Cafeicultura; Sul de Minas; Contradições; Mercado Justo; Cooperativismo

AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As autoras agradecem pelo incentivo dado por esta instituição por meio da concessão de bolsas de doutorado.



REFERÊNCIAS

ALVES, F. D.; LINDNER, M.. Agronegócio do café no sul de Minas Gerais: Territorialização, mundialização e contradições. **OKARA: Geografia em debate**, v. 14, n. 2, p. 433-451, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉS ESPECIAIS (BSCA). **Brasil revela os melhores cafés especiais produzidos na safra 2025**. [S. l.]: BSCA, 2024. Disponível em: <https://www.bsca.com.br/brasil-melhores-cafes-especiais-2025/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). **Indicações geográficas: indicações de procedência reconhecidas**. Brasília, DF: INPI, 28 out. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/status-pedidos/LISTACOMASINDICAESDEPROCEDNCIARECONHECIDAS.At28Out2025.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE POÇO FUNDO E REGIÃO (COOPFAM). **A Coopfam**. 2025. Disponível em: <https://coopfam.com.br/a-coopfam/>. Acesso em: 10 set. 2025.

CUNHA JUNIOR, A. F. **As cooperativas e a realidade vivenciada por seus cooperados: o caso de uma cooperativa de produtores de café de Varginha-MG**. 2019. 31 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2019.

FAIRTRADE BRASIL. **Associados**. [S. l.]: Fairtrade Brasil, [2025]. Disponível em: <https://fairtrade-brasil.com/associados/>. Acesso em: 13 nov. 2025.

FREDERICO, S. Lógica das commodities, finanças e cafeicultura. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 3, n. 1, p. 97–116, 2013.

FREDERICO, S. Globalização, competitividade e regionalização: a cafeicultura científica globalizada no território brasileiro. **GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 55-70, 2014.

FREDERICO, S. Território e cafeicultura no Brasil: uma proposta de periodização. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 21, n. 1, p. 73–101, 2017.

FREDERICO, S.; BARONE, M.. Globalização e cafés especiais: a produção do comércio justo da Associação dos Agricultores Familiares do Córrego d'Antas - ASSODANTAS, Poços de Caldas (MG). **Sociedade & Natureza**. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, v. 27, n. 3, p. 393-404, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 6753**. Número dos estabelecimentos agropecuários, e área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, por condição legal da terra, condição do produtor em relação à terra. Censo Agropecuário, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6753#resultado>. Acesso em: 11 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 1613 - Área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das**



lavouras permanentes. Pesquisa Agrícola Municipal, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1613#resultado>. Acesso em: 10 out. 2025.

LEMOS, T. de C. S. A sucessão geracional dos associados a Coopfam: entre a realidade e o desejo de permanência. In: 7ª Jornada Científica da Geografia Unifal-MG e I Encontro Sul-Mineiro de Geografia. **Anais [...]**. Alfenas: AGB Alfenas, 2023. v. 1, p. 310-324.

LEMOS, T. de C. S. **A dinâmica da cafeicultura na agricultura familiar em Poço Fundo-MG: estratégias e desafios na sucessão geracional pela COOPFAM**. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei.

MELO, R. V; RIPPLINGER, F. Café certificado: discursos e práticas na cafeicultura da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais. In: VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos, 2024, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2024, v. 1, p. 1-20.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS. **Comexstat**. 2024. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 11 nov. 2025.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. 1. ed. São Paulo: Difel, 1984.

MOREIRA, F. C.; FERNANDES, N. A. E.; VIAN, F. E. C.; TAGLIAFERRO, S. F.; SALVAIA, B. Certificação na cafeicultura brasileira: panorama, potencial e limitações. In: Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil. **Anais [...]**. Águas de Lindóia: SBI Café, 2007, p. 344 -351.

NANNINI, W. T.; CASIMIRO, F. H. C. Cooperativismo e territorialização do agronegócio do café no Sul de Minas Gerais. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 24, n. 1, p. 1-30, jan. 2023.

PEDINI, S. **Apostila de cafeicultura orgânica**. Escola Superior de Agricultura e Ciências de Machado (ESACMA). Machado, 2000.

PEDINI, S. **Fair Trade**: alternativa ao mercado convencional de café e processos de empoderamento de cafeicultores familiares. 2011. Tese de doutorado, Universidade Federal de Lavras.

PEDINI, S.; MACHADO, M. T. R. Fair Trade: possibilidades de empoderamento de cafeicultores familiares no sul de Minas Gerais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, 457-481, 2014.

PEROSA, B. B.; JESUS, C. M.; ORTEGA, A. C. Associativismo e Certificação na Cafeicultura Mineira: um estudo do Café do Cerrado e do Café da Mantiqueira de Minas. **Revista Economia-Ensaio**, Uberlândia, 32 (1): 29-64, Jul./Dez. 2017.

SAES, A. M.; CASTILHO, F. F. de A. A dinâmica econômica do sul de Minas: um estudo sobre a cafeicultura em São Sebastião do Paraíso e região em 1902 e 1920. **Rede – Revista Debate Econômico**, Varginha-MG, vol. 2, n. 1, p. 48-73, jan./jun., 2014.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.

TOLEDO, E. F. T. Cafeicultura e desenvolvimento territorial: as cooperativas de café no sul de minas gerais. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 264-280, ago. 2019.